

GÊNERO, SEXUALIDADE E A TEORIA *QUEER* NA EDUCAÇÃO: COLOCANDO EM QUESTÃO A HETERONORMATIVIDADE

GENDER, SEXUALITY AND QUEER THEORY IN EDUCATION: QUESTIONING HETERONORMATIVITY

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro do
junnior_2003@yahoo.com.br
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO O objetivo deste texto é colocar em questão os limites e as contingências da heteronormatividade, buscando inspiração na teoria *queer* para propor uma pedagogia *queer*. As reflexões teóricas desenvolvidas aqui são subsidiadas, principalmente, por estudos que investigam questões de gênero e sexualidade a partir da perspectiva *queer*. Dessa forma, propondo uma pedagogia *queer* que caminha numa linha de pensamento que problematiza os efeitos discursivos produzidos pela ótica heteronormativa, na qual desqualifica os sujeitos que insistem em desafiar e resistir às normas regulatórias de gênero, privilegiando o modelo heterossexual como sendo a única forma possível e legítima de explorar os desejos e os prazeres corporais.

Palavras-chave: Heteronormatividade. Pedagogia *queer*; Teoria *queer*.

ABSTRACT The objective of this text is to question the limits and contingencies of heteronormativity, seeking inspiration in queer theory to propose a queer pedagogy. The theoretical reflections developed here are supported, mainly, by studies that investigate issues of gender and sexuality from the queer perspective. In this way, I propose a queer pedagogy that walks in a line of thought that problematizes the discourse effects produced by the optic of heteronormativity, which disqualifies individuals who insist on challenging and resisting the regulation norms of gender, privileging the heterosexual model as being the only possible and legitimate way to explore the desires and bodily pleasures.

Keywords: Heteronormativity. Queer pedagogy. Queer theory.

1 APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A TEORIA *QUEER*

*Quem tem medo da teoria queer? Todos, aparentemente.*¹
Judith Halberstam

A abordagem *queer* nasce do encontro entre os Estudos Culturais norte-americanos e a corrente pós-estruturalista² da filosofia, buscando muito de seus

¹Tradução de: "Who's afraid of queer theory? Everyone, apparently" (HALBERSTAM, 1997, p. 260).

² De acordo com Silva (2010), o pós-estruturalismo compreende que o sujeito é uma invenção social, cultural e histórica, rejeitando as sistematizações e focalizando a indeterminação e a incerteza nas questões de conhecimento. Diante disso, esta perspectiva "tentaria desconstruir os inúmeros binarismos de que é feito o conhecimento que constitui o currículo: masculino/feminino; heterossexual/homossexual; branco/negro; científico/não científico" (SILVA, 2010, p. 124).

subsídios teóricos em obras de Michel Foucault (MISKOLCI, 2009) devido às suas importantes análises das inter-relações de poder, saber e sexualidade (SPARGO, 2006). A expressão “teoria *queer*” surgiu do título de uma palestra proferida pela pesquisadora Teresa de Lauretis nos Estados Unidos da América em 1990, quando problematizou, no âmbito dos estudos gays e lésbicos, as identidades sexuais ancoradas numa perspectiva de matriz binária (LUGARINHO, 2010). O pensamento crítico elencado pela ótica *queer* revela uma forte crítica às identidades sexuais ao questionar a ordem social e cultural responsável pela produção de um discurso que as qualifica como aceitáveis/normais ou abjetas/patológicas (PELÚCIO, 2014). A reviravolta epistemológica produzida pela teoria *queer* perturba e desestabiliza as maneiras tradicionais de pensar e conhecer (SILVA, 2010). Nesse sentido, a necessidade pela transformação é o que torna potente o seu discurso, cuja preocupação recai sobre uma melhor compreensão das forças emergentes da cultura normativa (SCHLICHTER, 2007).

Este artigo inicia-se com uma epígrafe retirada de um texto escrito por Halberstam no final da década de 1990. Ali, a autora explicita as dificuldades encontradas pelos pesquisadores norte-americanos para melhor compreender e apropriar-se da teoria *queer*. Muitos estudiosos defendem a importância dessa perspectiva porque assume que a heterossexualidade, bem como todas as identidades sexuais, que são instáveis e precisam ser problematizadas e contestadas (SCHLICHTER, 2004). Mas é evidente o ceticismo e as críticas negativas sobre essa teoria no contexto da pesquisa, principalmente porque o seu discurso ainda é recente (HALBERSTAM, 1997). Segundo questiona Halberstam (1997, p. 256-257, grifos meus), “para que ou para quem o *queer* da teoria *queer* se refere? Além disso, que tipo de trabalho cultural é possível à luz da teoria *queer*, e quais os espaços de intervenção a teoria *queer* abriu?”³.

A política *queer* emergiu no contexto da epidemia da aids nos EUA durante o mandato presidencial de Ronald Reagan (1981-1989). A aids se alastrou rapidamente, mas Reagan se recusou a fornecer auxílio e a buscar respostas à doença, provocando forte reação negativa por parte dos movimentos gays e lésbicos

³ Tradução de: “for what or for whom does the queer in queer theory stand? Furthermore, what kind of cultural work is presently possible under the heading of queer theory, and what spaces for intervention has queer theory opened up?” (HALBERSTAM, 1997, p. 256-257).

da época (MISKOLCI, 2011). Para Jagose (1996), a epidemia da aids desencadeou a busca por novos caminhos teóricos e suscitou ressignificações no âmbito das políticas gays e lésbicas nos EUA. No cenário brasileiro, Louro (2001) evidencia que a aids, popularmente conhecida como “câncer gay” na década de 1980, evidenciou a forte crueza da homofobia e, ao mesmo tempo, a necessidade de que a militância homossexual fomentasse novas estratégias de resistência às intolerâncias sociais dirigidas às chamadas “minorias” sexuais⁴. De acordo com a autora, esse cenário apontou para os limites das políticas identitárias, gerando, gradativamente, “proposições e formulações teóricas pós-identitárias. É precisamente dentro desse quadro que a afirmação de uma política e de uma teoria *queer* precisa ser compreendida” (LOURO, 2001, p. 546, grifo da autora).

A luta política defendida pelo movimento *queer* recai, dentre inúmeras questões, sobre a crítica de um caráter fixo das identidades sexuais e na integração das pessoas gays e lésbicas na cultura dominante da heterossexualidade, principalmente a partir da reivindicação do direito à adoção e ao casamento (PRECIADO, 2011). Isso não significa negar esses direitos aos interessados em usufruir dos benefícios legais do casamento e da adoção, mas questionar o porquê da falta de legitimidade e reconhecimento social que determinados estilos de vida adquirem quando não têm a pretensão de constituir família monogâmica envolvendo o cuidado e a educação de filhos. Esse modelo de família tradicional é frágil, haja vista a quantidade considerável de divórcios emitidos anualmente, as relações extraconjugais realizadas pelos maridos e esposas, as famílias constituídas por filhos do segundo e terceiro casamento, bem como os jovens que são criados neste modelo e não se reconhecem com a heterossexualidade. Ao encontro dessa formulação, Miskolci (2013, p. 65) mostra que há questões importantes “que um olhar *queer* pode trazer sobre nossa vida em sociedade, como: Os pais precisam se casar para terem filhos? Uma mulher pode decidir não ser mãe?”. Faz-se imprescindível desestabilizar a forma com a qual determinados discursos normatizantes são produzidos, abalando os princípios que sustentam a heteronormatividade com o objetivo de ressignificar e buscar uma vida em

⁴ Utilizo o termo “minorias” aqui para não me referir a uma quantidade numérica, mas para chamar atenção acerca de uma qualidade valorativa atribuída por um grupo sobre outro (LOURO, 2008).

sociedade que apresente a incidência de menos marcas da abjeção e do silenciamento. Vale ressaltar ainda que a abjeção é o espaço relegado a todos os sujeitos considerados como ameaça ao funcionamento da ordem social e política, constituindo-se como a experiência de ser temido e repudiado socialmente (MISKOLCI, 2013).

Colling (2013) afirma o cuidado de não utilizarmos as mesmas estratégias responsáveis pela própria discriminação e manutenção dos ideais heteronormativos quando, “por exemplo, enaltecemos *apenas* quem deseja constituir família, casar e ter filhos, os *gays* masculinizados e ativos, as lésbicas femininas, e criticamos as pessoas que consideramos promíscuas, os *gays* afeminados, as passivas, as lésbicas masculinizadas” (p. 419, grifos do autor). Partindo da ideia de que a heteronormatividade é a ordem sexual da atualidade, cuja premissa é que todos os sujeitos adotem o modelo da heterossexualidade em seus estilos de vida (MISKOLCI, 2013), como abalar esse pensamento atrelado às normas de gênero, repensando a dimensão humana sem cair na armadilha da universalização das masculinidades e feminilidades e na valorização de um modelo ideal de constituição familiar na contemporaneidade? A teoria *queer* apresenta algumas pistas para isso, pois, como pressuposto, percebe a necessidade de desconstruir as categoriais gay/lésbica, fêmea/feminino e macho/masculino, “afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e ‘generificadas’” (SALIH, 2013, p. 20).

No contexto anglo-saxão, Louro (2013) mostra que o termo *queer* apresenta um sentido pejorativo destinado a todos os sujeitos que fogem à ótica heterossexual. O sentido injurioso do termo *queer* (“bicha”, “sapatão”, dentre outros) passa a ser estrategicamente ressignificado e reapropriado de forma afirmativa na luta política com o objetivo de denunciar e resistir às diferentes marcas da abjeção. Dessa forma, segundo evidencia Preciado (2011, p. 15), “as identificações negativas como ‘sapatas’ ou ‘bichas’ são transformadas em possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normalização, atentas ao poder totalizante dos apelos à ‘universalização’”. As “bichas” e “sapatões” passam agora a ocupar o cenário político, reivindicando direitos ao contestar os efeitos de uma subalternização produzida pela ótica heteronormativa, cuja potência discursiva garante a

normatização da heterossexualidade e, conseqüentemente, de seus privilégios. Corroborando esse pensamento, Warner (2004), afirma que a ideia da nomeação *queer* não opera somente através da denúncia da intolerância, mas “tem o efeito de apontar um amplo campo de normalização [...] como o local da violência. A sua brilhante estratégia de nomeação reside na combinação de resistências no amplo campo social com resistências mais específicas sobre os campos da fobia e da discriminação *queer*”⁵ (p. xxvi).

Além disso, o termo *queer* apresenta outro sentido, diferente de “bicha” e “sapatão”. Traduzido para a língua portuguesa, este outro sentido corresponde a “estranho”, “esquisito”, dentre outros sinônimos possíveis. Dessa forma, esta perspectiva prima pela subversão e parte de um estranhamento que contesta a própria ideia de “normalidade”, discutindo a necessidade de problematizar as diferentes instâncias sociais e culturais, responsáveis pela manutenção de normas que regulam os gêneros e as sexualidades (LOURO, 2013). Com o objetivo de contestar e reavaliar a produção de determinadas verdades pelos diferentes campos do saber, é que se percebe a potência do “estranhamento” como forma de questionar os processos normativos pelos quais os sujeitos são constantemente submetidos. Se determinados campos do saber têm o reconhecimento social para validar “verdades” sobre o sexo, a teoria *queer* apresenta subsídios teóricos importantes para desestabilizar discursos aparentemente incontestáveis.

Devido à impossibilidade da tradução literal do termo *queer* para a língua portuguesa, há a necessidade de compreendermos questões de ordem histórica e cultural com o objetivo de promover uma reinterpretação e reinvenção do termo no contexto brasileiro (LUGARINHO, 2010). Segundo Pelúcio (2014), muitas traduções do termo *queer* para os países de língua portuguesa e espanhola foram estrategicamente pensadas, como a teoria maricas, teoria da bicha louca, teoria veada, mas não se constituíram com força política suficiente capaz de abranger um número significativo de estilos de vida indignos no contexto sociocultural daqueles países. Com o objetivo de fazer uma reapropriação da teoria *queer* na cultura brasileira, imprimindo a marca local, Pelúcio também propõe a “teoria cu” como uma

⁵ Tradução de: “has the effect of pointing out a wide field of normalization [...] as the site of violence. Its brilliance as a naming strategy lies in combining resistance on that broad social terra in with more specific resistance on the terra in s of phobia and queer-bashing” (WARNER, 2004, p. xxvi).

possibilidade de reinterpretar e reaproximar o termo *queer* no país, segundo ela aponta a seguir ao justificar sua opção:

É pelo cu que chego a pensar nos desafios epistemológicos do presente. Quer dizer, que quero pensar fora das dicotomias excludentes que ancoram em uma pretensa naturalidade do corpo e neutralidade dos órgãos “verdades” que têm implicado em perpetuação de desigualdades. É por aí também que convido quem me lê a pensar. Um convite que funciona como forma de desestabilizar o lugar da cabeça como metonímia para a razão ocidental (PELÚCIO, 2014, p. 37-38).

A impossibilidade de traduzir o termo *queer* no contexto brasileiro torna importante propostas como as de Pelúcio (2014) para reinterpretar e reincorporar o termo no país. Somando-se a isso, a pesquisadora considera importante o uso de outro vocabulário e de outra gramática que conteste e “desafie as estreitezas de uma ciência que nos ensinou que para sermos levadxs⁶ a sério temos que usar os artigos no masculino” (p. 36). Essa proposta como exercício epistemológico remete a uma reflexão de Foucault (2011, p. 388), para quem concorda que há a necessidade de propor novas estratégias de resistência no campo da luta política: “a batalha não pode ser sempre realizada nos mesmos termos sem se tornar estéril, imóvel, presa. Por isso, uma alteração no campo de batalha. E como resultado, uma mudança de vocabulário. A mudança de objetivos é absolutamente necessária também⁷”. Frente a isso, percebe-se importantes contribuições das perspectivas teóricas que se aproximam da linha de pensamento da teoria *queer*, na medida em que desnaturalizam o modelo da heterossexualidade, rompendo com dicotomias generalizantes e questionando saberes institucionalizados há séculos, responsáveis pela desqualificação dos sujeitos que insistem em desafiar e resistir às normas regulatórias de gênero. Se o cu possibilita pensar nos desafios epistemológicos contemporâneos (PELÚCIO, 2014), certamente poderia auxiliar em outras formas subversivas e transgressoras de compreender os gêneros e as sexualidades.

⁶ O “x” é empregado aqui com a intenção de romper com a ideia dicotômica de gênero (masculino/feminino). Não discordo do uso da letra para problematizar a ideia de gênero, mas a minha opção por não empregá-la ao longo deste texto deve-se única e exclusivamente ao fato de que seu uso excessivo poderia dificultar a leitura do mesmo. Poderíamos dizer que o mero uso da letra “x” seria suficiente para ressignificar a ideia de gênero? Creio que não, mas pode ser o início para tensionar a discussão.

⁷Tradução de: “a battle cannot always be carried out in the same terms without becoming sterile, immobile, trapped. Thus, a change on the battlefield. And as a result, a change in vocabulary. A change in objectives is absolutely necessary as well” (FOUCAULT, 2011, P. 388).

As breves questões e reflexões acima elencadas sobre o surgimento da teoria *queer* no contexto anglo-saxão, as repercussões dessa teoria no contexto de pesquisa brasileiro, bem como algumas das lutas políticas das quais estes estudos encontram-se atualmente engajados constituem-se como o pano de fundo deste artigo. O objetivo aqui é colocar em questão os limites e as contingências da heteronormatividade, buscando inspiração na teoria *queer* para propor uma pedagogia *queer*. Para isso, o texto foi desenvolvido através de uma revisão de literatura, subsidiada principalmente pelas contribuições teóricas tanto de autores brasileiros (MISKOLCI, 2009, 2013; PELÚCIO, 2014, LOURO, 2009, 2013) quanto de autores estrangeiros (BUTLER, 1993, 2009, 2014; PRECIADO, 2011, 2014; SPARGO, 2006; SCHLICHTER, 2003, 2004, 2007; WARNER, 1999) que investigam questões de gênero e sexualidade a partir da teoria *queer*. Os autores aqui mencionados vêm proporcionando valiosas contribuições ao campo das Ciências Humanas e Sociais ao fomentar críticas à ótica heteronormativa, expondo seus limites e fragilidades. As reflexões de Foucault (1988, 1999, 2011) também são centrais neste artigo porque seus estudos que abarcam o tema da sexualidade no contexto das relações de poder auxiliaram a consolidação da teoria *queer*.

No próximo item discuto a necessidade de pensar uma pedagogia de inspiração *queer* que vise a não normatização dos gêneros e das sexualidades, defendendo as múltiplas e variadas formas de fabricação dos corpos. Por fim, o último item do texto é dedicado a discutir breves considerações sobre a autodenominação *queer* como forma de fortalecer a luta político-social engajada na crítica à heteronormatividade.

2 POR UMA PEDAGOGIA QUEER

Faço minhas as palavras de Foucault (1999, p. 44), para quem “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Dito isto, propor uma pedagogia à luz da teoria *queer* é voltar-se para a promoção de processos de ensinar e aprender que possibilitem abalar os processos discursivos normativos que desqualificam determinadas condutas e comportamentos sociais. Como seria

possível pensar, à luz da teoria *queer*, uma pedagogia não-normativa com o objetivo de contestar os efeitos discursivos naturalizados pelo modelo da heterossexualidade? Afinal, como a pedagogia pode ser *queer*?

Interseccionando o campo de estudos de gênero e sexualidade com a área educacional, Louro (2013, p. 48) faz um questionamento instigante: “Como traduzir a teoria *queer* para a prática pedagógica?”. Para a autora, uma pedagogia *queer* requer o questionamento e a desnaturalização como estratégias para romper com as certezas, buscando a incerteza a partir de outras perspectivas. Preocupada com a tendência de muitos educadores ainda compreenderem as homossexualidades em uma ótica de “correção” do sujeito, a pesquisadora lança-se no desafio de ampliar a compreensão sobre os prazeres e desejos corporais, desnaturalizando a ideia de que os relacionamentos amorosos não precisariam necessariamente ocorrer apenas entre homens e mulheres.

Preciado (2014) reforça a fragilidade e os limites do regime heterocentrado ao citar a utilização de dildos nas práticas contrassexuais⁸, as relações sadomasoquistas (S&M), bem como a erotização do ânus como estratégia para descentralizar o lugar de destaque dos órgãos genitais nos prazeres corporais. Afinal, será que a supervalorização da genitália nas práticas sexuais não vem desencadeando uma busca desenfreada pelo orgasmo e tornando nossos corpos uma espécie de máquina de contagem regressiva para o gozo? A irreverência de Preciado (2014) ao mostrar que o ânus não se destina à reprodução tampouco às relações sexuais românticas “gera benefícios que não podem ser medidos dentro de uma economia heterocentrada. Pelo ânus, o sistema tradicional da representação sexo/gênero *vai à merda*” (p. 32, grifos da autora). Dessa forma, a inter-relação sexo-gênero-orientação sexual, ao identificar-se unicamente com o modelo heterossexual com fins reprodutivos, impede a emergência de novas possibilidades de compreender os corpos, os gêneros e as práticas sexuais contemporâneas.

⁸ A ideia da contrassexualidade foi inspirada nos trabalhos de Foucault, para quem Preciado (2014) aponta ser uma forma de “prazer-saber alternativas à sexualidade moderna. As práticas contrassexuais [...] devem ser compreendidas como tecnologias de resistência, dito de outra maneira, como formas de contradisciplina sexual” (p. 22). Além das práticas sexuais contrassexuais acima mencionadas, também é possível destacar o *pegging*, analisado no texto de Lewis (2015). De acordo com a autora, o *pegging* é uma atividade sexual na qual uma mulher, através do uso de um cintaralho, penetra um homem pelo ânus.

Sobre as marcas do corpo e as marcas de poder, Louro (2013) apresenta uma discussão importante para o debate sobre gênero e sexualidade porque diz respeito às formas com as quais os sujeitos são “indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura” (p. 77). Os incontáveis atributos dados aos corpos produzem diferentes sentidos culturais, como a cor da pele, o formato dos olhos, a presença da vagina ou do pênis, dentre outros. Essas reflexões são fundamentais para serem exploradas nos cotidianos escolares, na tentativa de ressignificar a forma pela qual as sexualidades são concebidas, ainda carregadas dos discursos de autoridade da ciência, da igreja, da lei e da moral.

Conforme argumenta Foucault (2011), a medicina e a psicanálise trabalharam extensivamente com a noção de desejo, mais precisamente com o estabelecimento de uma inteligibilidade dos prazeres sexuais como mecanismo de normatização. Nas palavras dele: “Diga-me qual é que o seu desejo, e eu direi quem é você. Eu direi se você é doente ou não, eu direi a você se você é normal ou não, e assim poderei desqualificar o seu desejo ou, pelo contrário, requalificá-lo⁹”. Ao encontro da linha de pensamento foucaultiana, o texto “Desdiagnosticando o gênero”, escrito por Judith Butler (2009), apresenta uma discussão sobre a despatologização da transexualidade nos Estados Unidos e mostra como o discurso médico insiste em considerar como doença mental as pessoas transexuais. Ao fazer uso de uma linguagem sustentada pelas ideias da “correção”, “adaptação” e “normalização” do sujeito, o diagnóstico médico acaba desqualificando aqueles que não seguem as normas de gênero; normas estas que são, por sua vez, calcadas na perspectiva binária.

Louro (2013) busca inspiração na teoria *queer* e discute a necessidade de romper com esquemas binários (masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual) de compreensão dos gêneros, das sexualidades e dos corpos, questionando a normalização e a naturalização da heterossexualidade como a única forma legítima de viver e experimentar os prazeres corporais. Desta forma, a

⁹ Tradução de: “Tell me what your desires are, and I’ll tell you who you are. I’ll tell you if you’re sick or not, I’ll tell you if you’re normal or not, and thus I’ll be able to disqualify your desire or on the contrary requalify it” (FOUCAULT, 2011, p. 389).

autora não pretende atingir ou se aproximar de um modelo ideal de educação, mas sim de problematizar o uso das classificações e dos binarismos, contribuindo para que seja possível repensar a dimensão da existência humana. Essa dimensão é explorada ao longo dos textos de Schlichter, que propõe a “desconstrução do binarismo de gênero e da dicotomia hetero-versus homossexualidade. Esses binarismos caracterizam uma tentativa da cultura hegemônica em produzir e regular os sujeitos sexuais”¹⁰ (SCHLICHTER, 2007, p. 192-193, grifo da autora).

Uma questão central para os estudos *queer* é compreender que a sexualidade é uma categoria histórica, cultural e socialmente construída, o que abre um campo de possibilidades para a investigação de uma melhor compreensão sobre o papel das instituições na produção de discursivos sobre a sexualidade (SPARGO, 2006). O discurso unitário e regular sobre a sexualidade ainda não foi constituído e, provavelmente, isso nunca aconteça, revela Foucault (1999). No entanto, ele destaca que esse caráter unitário não importa, mas sim perceber o quanto os discursos das diversas áreas do conhecimento (medicina, literatura etc.) “não reforçam, não contornam ou não deslocam os interditos da mesma maneira” (FOUCAULT, 1999, p. 67).

Neste contexto, vale ressaltar que, segundo Foucault (2011), a categoria homossexual surgiu no final do século XIX como uma tentativa de segregar determinados grupos sociais devido às questões morais e legais de uma época; naturalmente, houve resistência por parte de pensadores como Oscar Wilde e Magnus Hirschfeld, que lutavam contra a imposição de valores sociais que queriam a todo custo acabar com certas formas de prazer. Frente às resistências, Foucault (2011, p. 387) considera: “no nosso tempo, a própria noção de sexualidade – eu não estou me referindo à noção de homossexualidade – parece-me necessário reavaliar ou, talvez, fazer uma nova avaliação dela”¹¹. Por conseguinte, percebo a necessidade de contestar a regulação dos diferentes desejos e prazeres sexuais produzidos pelos discursos heteronormativos, que silenciam e invisibilizam aqueles

¹⁰Tradução de: “deconstruction of the gender binary *and* of the dichotomy of hetero-versus homosexuality. These binaries characterize the hegemonic culture’s attempts to produce and regulate dominant as well as marginal sexual subjects” (SCHLICHTER, 2007, p. 192-193, grifo da autora).

¹¹ Tradução de: “in our time, the very notion of sexuality – I’m not even speaking of the notion of homosexuality – it seems necessary to evaluate it or, rather, to make a new evaluation of it” (FOUCAULT, 2011, p. 387).

que, de alguma forma, vêm constituindo seus estilos de vida não atendendo a determinados comportamentos sociais esperados para o seu gênero. Somando-se a isso, Schlichter (2004, p. 544) mostra que “a análise dos aspectos ideológicos, materiais e institucionais da formação dos sujeitos que se encontram dentro e fora das chamadas minorias sexuais forneceu a base para uma crítica da produção dos privilégios heteronormativos¹²”.

Uma pedagogia de inspiração *queer* “nos obriga a considerar o impensável, o que é proibido pensar, em vez de simplesmente considerar o pensável, o que é permitido pensar” (SILVA, 2010, p. 107). Averiguar o que torna algo pensável é refletir e questionar os jogos discursivos e de significação e o processo de produção de todo e qualquer pensamento em si. Destarte, é preciso ir além das escolhas aparentemente generosas, e contestar determinadas ações e posturas que, geralmente, são oferecidas àqueles que de alguma forma não se enquadram no modelo da heterossexualidade. Entretanto, conforme reitera Schlichter (2003, p. 311), “como é que uma crítica, que visa questionar as estruturas fundantes dos sistemas de pensamento dominantes, está implicada na constituição dessas mesmas estruturas?”¹³. Butler (1993) argumenta que não existe pessoa que esteja “livre” para se colocar fora das normas regulatórias de gênero, uma vez que todos somos formados e nos constituímos sujeitos a partir delas. Segundo ela, a possibilidade de liberdade e resistência são produzidas nas inúmeras brechas que se abrem e que são negociadas no contexto das relações de poder, ou seja, não existe liberdade e resistência abstratas ou “pré-sociais”. A discussão apresentada por Butler sobre as normas regulatórias de gênero coloca questão a necessidade de nos tornarmos sujeitos visíveis e inteligíveis para o campo da disputa política, o que significa que a

Feminilidade não é, portanto, o produto de uma escolha, mas a imposição de uma norma, cuja complexa historicidade é indissociável das relações de disciplina, regulamento, castigo. De fato, não existe um “sujeito” que adquira uma norma de gênero. Ao contrário, essa citação [“é uma menina!”] das

¹²Tradução de: “the analysis of the ideological, material, and institutional aspects of the formation of normative and minoritized sexual subjects has provided the basis for a critique of the production of heteronormative privileges” (SCHLICHTER, 2004, p. 544).

¹³Tradução de: “How does a critique, which aims at questioning the foundational structures of dominant systems of thought, manage its own implication in and constitution through these same structures?” (SCHLICHTER, 2003, p. 311).

normas de gênero é necessária para se qualificar como um “uma”, para tornar-se viável como um “uma”¹⁴ (BUTLER, 1993, p. 23).

As instituições educacionais hoje são responsáveis pela (re)produção das mais diversas formas de preconceito e discriminação sociais a partir de formas cristalizadas de compreender as masculinidades e feminilidades. O ato de nomear alguém como homem ou mulher, por exemplo, insere este sujeito no campo da inteligibilidade sexual e, ao mesmo tempo, faz com que esta pessoa seja marcada pelas diversas normas culturais vigentes, incluindo a aquisição de privilégios/desvantagens e direitos/deveres condizentes do se tornar “homem” ou “mulher” em um determinado contexto sociocultural (LOURO, 2013).

Enquanto coordenadora pedagógica de uma escola tradicional no Rio de Janeiro, Kramer (2007) registrou inúmeros discursos no cotidiano da instituição que corroboravam a (re)produção das formas estereotipadas de compreensão dos gêneros masculino e feminino, conforme destaque a seguir:

“Você já é uma mocinha.” “Homem não chora.” “A mesa das meninas tá tão linda, tá tão quietinha hoje!” “Senta assim direitinho, que nem menininha educada.” “Os meninos não querem brincar no canto da boneca porque é coisa de mulher.” “Você não pode jogar futebol, não, porque vai se sujar toda.” “Onde já se viu brigar desse jeito, que nem um garoto!” “Olha só o caderno dele, tá tão caprichado... nem parece coisa de menino!” (p. 179).

A forma cristalizada de conceber os gêneros nos espaços educacionais requer um trabalho dialógico com as professoras com o objetivo de perceber que os comportamentos sociais esperados de meninos e meninas são construções sociais. Além das frases mencionadas pela autora acima, caracterizadas pelo “*homem não faz isso e mulher não faz aquilo*”, quais outras vêm se proliferando e reforçando princípios heteronormativos nos cotidianos escolares? Se o gênero pode ser entendido como o mecanismo responsável pela produção e naturalização das noções de “masculino” e “feminino”, este mesmo mecanismo torna-se fundamental na desnaturalização das formas de compreender as masculinidades e feminilidades hegemônicas (BUTLER, 2014). O sistema tradicional sexo/gênero precisa ser

¹⁴ Tradução de: “Femininity is thus not the product of a choice, but the for cible citation of a norm, one who se complex historicity is indissociable from relations of discipline, regulation, punishment. Indeed, there is no ‘one’ who takes on a gender norm. On the contrary, this citation [‘this is a girl!’] of the gender norm is necessary in oder to qualify as a ‘one’, to be come viable as a ‘one’” (BUTLER, 1993, p. 23).

(re)avaliado e reestruturado, propiciando a produção de novos sentidos e percepções sobre os corpos e as práticas sexuais.

Uma pedagogia inspirada na teoria *queer* é subversiva e provocadora. Não se trata apenas de incluir temas e conteúdos *queer* ou se preocupar em construir um ensino e uma pedagogia para sujeitos *queer*. Essa pedagogia dirige-se a todos e todas, não somente para aqueles ou aquelas que não se reconhecem dentro da matriz da heterossexualidade. Nesta perspectiva, essa pedagogia trabalha com a desnaturalização das certezas como tática potente para pensar a própria dimensão da existência. Miskolci (2013, p. 25, grifo meu) afirma que “enquanto o movimento [gay e lésbico] mais antigo defendia a homossexualidade aceitando os valores hegemônicos, os *queer* criticam esses valores, mostrando como eles engendram as experiências da abjeção, da vergonha, do estigma”. Dessa forma, questiono: reconhecendo que em muitos contextos socioculturais o modelo heterossexual é compulsório, como a teoria *queer* poderia auxiliar politicamente na promoção de estratégias de liberdade e resistência no enfrentamento de práticas e discursos heteronormativos?

Uma pedagogia *queer* coloca em questionamento o uso das classificações, responsáveis pelo enquadramento dos sujeitos em determinadas identidades sexuais e de gêneros, ao mesmo tempo em que coloca em xeque a heteronormatividade. Contudo, é preciso assumir a preocupação política pela forma como as identidades são impostas aos sujeitos, interrogando sobre o encapsulamento das subjetividades, a patologização dos desejos e prazeres sexuais e a produção das verdades sobre os corpos (PELÚCIO, 2014). Considero as palavras de Colling (2013), ao beber da teoria *queer* para promover uma provocação importante sobre as identidades sexuais: “Como podemos dizer então que somos todos iguais, reunidos em torno de número pequeno de identidades? Os pensamentos binários, muito utilizados, tentam a todo custo trabalhar apenas com duas categorias, como se elas fossem, inclusive, absolutamente puras” (p. 410). Caminhando nessa mesma linha, gostaria de propor uma outra pergunta partindo das contribuições de Silva (2010, p. 106): se “a definição da heterossexualidade é inteiramente dependente da definição de seu Outro, a homossexualidade”, seria possível adotar estrategicamente as identidades sexuais

no contexto das lutas e reivindicações políticas, rompendo com a ideia universal do que seria “ser gay” ou “ser lésbica” e não cair na armadilha de reforçar estereótipos e reinscrever a heterossexualidade no regime da norma dominante?

Sobre as questões de gênero e sexualidade, o quadro social brasileiro é preocupante. Referindo-se aos dados do Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais, desenvolvido pelo “Grupo Gay da Bahia” (GGB)¹⁵, Leite (2012, p. 193) mostra que “o assassinato de 266 gays, lésbicas e travestis, em 2011, não é fenômeno ocasional: fundamenta-se em uma concepção heteronormativa de sociedade e natureza solidamente arraigada nas tradições nacionais”. Dados mais recentes do GGB revelam que, em 2013, foram documentados 312 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, o que significou um assassinato a cada 28 horas naquele ano. Essa concepção heteronormativa traz questões que merecem atenção dos pesquisadores do campo de estudos de gênero e sexualidade, permitindo que novas reflexões sejam tecidas sobre outras formas de ser e estar no mundo, na esperança de contestar as normas de gênero que regulam as condutas sociais.

Diante do preocupante cenário social brasileiro acima exposto, remeto-me aos dizeres de Felipe (2007, p. 84), para quem “pouco adianta empreender esforços no sentido de criar políticas públicas de combate à homofobia, às discriminações de gênero, raça, etnia ou à exploração sexual de crianças e jovens, se não houver uma compreensão mais ampla desses problemas”. A teoria *queer* poderia auxiliar na busca por estratégias em sala de aula, tanto no Ensino Básico quanto nos cursos de formação de professores, com o objetivo de questionar práticas e discursos em sintonia com a ótica heteronormativa. De acordo com Schlichter (2004, p. 544), os teóricos *queer* introduziram “um discurso crítico poderoso para desnaturalizar e desestabilizar a noção dominante de heterossexualidade”¹⁶. Não obstante a importância do campo de estudos de gênero e sexualidade, também considero importante uma abordagem teórica que busque subsídios nos estudos *queer* com o objetivo de ampliar e expor os limites e as contingências da heteronormatividade, contestando os efeitos naturalizados e normalizantes da matriz

¹⁵ Os relatórios encontram-se disponíveis no site do GGB, cujo endereço eletrônico é: www.ggb.org.br. Acesso em: 26 out. 2013.

¹⁶ Tradução de: “a powerful critical discourse for denaturalizing and destabilizing the dominant notion of heterosexuality” (SCHLICHTER, 2004, p. 544).

heterossexual. Compreendendo que os próprios sujeitos marginalizados também são formados no âmbito das relações de poder responsáveis pela exclusão social deles (SCHLICHTER, 2007), quais estratégias sociais poderiam ser construídas para contestar e subverter os discursos heteronormativos, diminuindo a incidência de práticas discriminatórias e preconceituosas contra as chamadas “minorias” sexuais?

Valorizar e reconhecer a “diferença” não é suficiente para combater a homofobia na escola, considerando que a mera valorização de uma diferença que reforça a matriz heterossexual cria novos mecanismos de exclusão. O que precisa ser ressignificado é a própria matriz heterossexual, responsável pela regulação das condutas sociais. Se apenas o discurso dessa valorização recai sobre as pessoas “diferentes” é porque aqueles ditos como “normais” já são, *a priori*, valorizados. Dessa forma, considero imprescindível adotar a ótica da teoria *queer* como forma de colocar em xeque os processos discursivos pelos quais são produzidas as categorias sociais de “normalidade” e “anormalidade”. A necessidade das forças de poder em classificar os “tipos” de desejo dá-se pelo fato de que “a sexualidade foi definida como sendo, ‘por natureza’, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização” (FOUCAULT, 1988, p. 67).

Questiono sobre o porquê da perspectiva *queer* ainda ser pouco explorada pelo campo da educação no Brasil, considerando o desafio de se trabalhar a complexidade das questões acima elencadas. De acordo com Hooks (2010, p. 115), “nós, professoras e professores, raramente falamos do prazer de eros ou do erótico em nossas salas de aula. Treinadas no contexto filosófico do dualismo metafísico ocidental, muitas de nós aceitamos a noção de que há uma separação entre o corpo e a mente”. É em função dessa separação que a discussão de gênero e sexualidade ainda não é valorizada na pauta pedagógica. A autora continua nessa direção e mostra que “entrando na sala de aula determinadas a anular o corpo e a nos entregar por inteiro à mente, nós demonstramos através de nossos seres o quão profundamente aceitamos o pressuposto de que a paixão não tem lugar na sala de aula” (HOOKS, 2010, p. 115). Assim, como resgatar uma prática pedagógica que emerge de processos de ensinar e aprender atentos aos corpos e às sexualidades? Como unir mente e corpo no trabalho com os conhecimentos?

Este texto não tem a pretensão de buscar respostas definitivas às perguntas formuladas, mas buscar, a partir da teoria *queer*, formas de abalar, provocar e fascinar o ato de pensar ao contestar as normas regulatórias de gênero e os efeitos naturalizados do instituído. Dito isso, é com o objetivo de compreender as diferentes possibilidades de “estranhar” e questionar a ótica heteronormativa e ressignificar as chamadas identidades sexuais e de gênero que acredito na força política da teoria *queer* no campo da educação. Afinal, como diz Butler (2009, p. 100), “não se pode prever, com base no gênero de uma pessoa, qual identidade de gênero ela terá e qual ou quais direções do desejo [sexual] essa pessoa, ao final, levará em consideração e seguirá”. É na busca por novos sentidos não previstos e irreverentes sobre gênero e sexualidade que penso a pedagogia *queer*, atenta no reconhecimento e na legitimidade social de todos os sujeitos, preocupada em colocar em tensão as relações de poder que naturalizam discursos normativos. Por fim, proponho uma pedagogia *queer* que considera as múltiplas formas encontradas pelos sujeitos para explorar seus corpos e buscar novas formas de desejos e prazeres, ampliando a capacidade de reinventar o mundo e a si próprio.

3 A TÍTULO DE CONCLUSÃO: “UM PESQUISADOR PODE SE INTITULAR ‘QUEER’ SENDO HETERO?”

No primeiro semestre de 2015, durante uma disciplina cursada na Pós-Graduação¹⁷ sobre gênero e sexualidade na pesquisa em educação, houve uma discussão calorosa entre estudantes e professores acerca da perspectiva *queer* a partir do entrecruzamento de ideias de Judith Butler e Beatriz Preciado. Neste contexto, minha colega de turma, sentada ao meu lado, timidamente entrega-me um pedacinho de papel com a seguinte pergunta: “*Um pesquisador pode se intitular ‘queer’ sendo hetero?*”. Algumas pistas para responder a esta pergunta foram tecidas no decorrer das reflexões até agora elencadas e a dúvida dela certamente aponta para uma curiosidade sobre maiores esclarecimentos a respeito de uma abordagem teórica ainda insipiente no Brasil e que vem aos poucos sendo explorada na pesquisa em educação.

¹⁷ Trata-se do Programa de Pós-Graduação em Educação do qual estou atualmente vinculado.

Primeiramente, a autodenominação *queer* significa adotar uma postura política que entende a necessidade de subverter as identidades, desafiando os binarismos e a naturalização de discursos já instituídos que reforçam e legitimam a heterossexualidade como norma. Além disso, conforme Schlichter (2007, p. 193, grifo meu) aponta, “heterossexuais que estão envolvidos em uma crítica e subversão de teorias e práticas heteronormativas podem se tornar potenciais afiliados de um projeto *queer*¹⁸”. A autora considera favorável o ponto de vista de um sujeito inscrito numa posição social hegemônica para articular argumentos importantes voltados para a crítica da matriz heterossexual. Isso significa uma maior mobilização de ativistas *queer* engajados politicamente na criação de propostas de enfrentamento à heteronormatividade.

Independente da orientação sexual do/a pesquisador/a que se filia aos estudos *queer*, os esforços teóricos dessa abordagem focalizam, dentre inúmeras questões, na problematização dos efeitos discursos produzidos pela ótica heteronormativa, responsável pela naturalização de determinadas “verdades” que ainda privilegiam o modelo heterossexual como sendo a única forma possível de explorar os gêneros e as sexualidades, bem como os desejos e prazeres corporais. As palavras de Louro (2013, p. 7-8, grifo meu) ajudam a entender que “*queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade”.

Os estudos que trabalham a partir da ótica *queer* encontram-se, em sua maioria, situados no campo das ciências humanas (história, estudos culturais e literários, filosofia, dentre outros) (SPARGO, 2006). Defendo essa perspectiva teórica como possibilidade de repensar as classificações identitárias, os novos arranjos familiares e sexuais e a própria reinvenção dos sujeitos nos mais diversos contextos socioculturais. No campo da educação, compreendo a necessidade de colocar em questão a heteronormatividade à luz de uma pedagogia de inspiração *queer*, garantindo “que o trânsito de sentidos seja permanente, que a atualização seja constante, que os modelos possam ser traídos, que os esquecidos sejam resgatados, e que os silenciados possam falar” (LUGARINHO, 2010, p. 111).

¹⁸ Tradução de: “straights who are engaged in a critique and subversion of heteronormative theories and practices, can be come potential affiliates of a queer project” (SCHLICHTER, 2007, p. 193).

Não desconsidero a presença de inúmeros desafios na implementação de uma proposta pedagógica *queer* numa época em que, segundo Warner (1999), é visível a constituição de grupos religiosos conservadores que evocam a autoridade da bíblia para lutar contra todos aqueles e aquelas que não seguem o modelo heterossexual¹⁹. Entretanto, a proliferação dos discursos de ódio dirigidos às chamadas “minorias” sexuais, e que são cotidianamente (re)produzidos pelas instituições sociais, dentre elas a escola, torna ainda mais urgente a necessidade de promover novas estratégias de resistência à heteronormatividade. Isso requer uma maior participação política de pessoas que, independente da orientação sexual, percebam a potência da perspectiva *queer* na formulação de críticas às normas e convenções culturais sintonizadas com a ótica heteronormativa.

A meu ver, o que está em jogo é a necessidade de ampliar o entendimento sobre as práticas sexuais, desestabilizando a supervalorização da interação entre pênis e vagina com fins reprodutivos, reconhecendo o homem para além do sujeito produtor de sêmen e a mulher para além de uma mera máquina de gestação humana que alimenta a nação com leite²⁰. Para isso, torna-se necessário promover uma pedagogia *queer* capaz de apontar os limites do pensamento heterocentrado insistente em reafirmar que o único fim do ato sexual é a mera reprodução humana. Para contestar os princípios que sustentam a heteronormatividade é preciso compreender, antes de tudo, que “se a heterossexualidade fosse efetivamente natural e dada não haveria necessidade de empreendimentos e esforços continuados para garanti-la. [...] A repetição incessante das normas permite e incita, ao mesmo tempo, sua resistência” (LOURO, 2009, p. 140).

Por fim, defendo uma pedagogia *queer* preocupada em problematizar a forma como os gêneros, as sexualidades e os corpos são classificados por inúmeros atributos socialmente construídos que reforçam hierarquizações e, conseqüentemente, desqualificações. Somando-se a isso, defendo a importância de

¹⁹ O objetivo aqui não é aprofundar a discussão em torno do conservadorismo e da resistência à homossexualidade por parte dos grupos religiosos. Para outras informações sobre a relação entre religião, gênero e sexualidade, ver os trabalhos de Natividade (2006) e Natividade e Oliveira (2009).

²⁰ Este final foi inspirado no texto “Prótese, monamour”, de autoria de Beatriz Preciado (2014), que se encontra no anexo do livro “Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual”. Dentre as diversas questões fomentadas pela autora, ela aborda o trabalho das mulheres na fábrica durante a segunda Guerra Mundial nos EUA, afirmando que “pela primeira vez, haviam alimentado a nação com óleo de máquina e não com leite” (PRECIADO, 2014, p. 202).

se trabalhar as questões discutidas ao longo deste texto tanto no Ensino Básico quanto nos cursos de formação de professores, buscando colocar em xeque a normatização e naturalização da heterossexualidade na produção das diversas marcas da abjeção. Diante disso, para uma proposta de educação mais subversiva, ousada e irreverente, *queerizar* é preciso...

DILTON RIBEIRO DO COUTO JUNIOR

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Atualmente vem realizando parte de sua pesquisa de Doutorado no Departamento de Literatura Comparada da University of California – Irvine (UCI) com auxílio financeiro concedido pela CAPES.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.

BUTLER, J. Critically queer. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 1, n. 1, p. 17-32, nov. 1993.

BUTLER, J. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 249-274, jan./jun. 2014.

COLLING, L. A igualdade não faz o meu gênero – em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 405-427, jul./dez. 2013.

FELIPE, J. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 77-87, maio/ago. 2007.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, 155p.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. Ed. São Paulo: Editora Loyola, 1999, 79p.

- FOUCAULT, M. *The Gay Science*. Tradução de Nicole Morar e Daniel W. Smith. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 37, n. 3, p. 385-403, 2011.
- HALBERSTAM, J. Who's afraid of queer theory? In: KUMAR, A. (Org.). *Class issues: pedagogy, cultural studies, and the public sphere*. New York and London: New York University Press, 1997, p. 256-275.
- HOOKS, B. Eros, erotismo e o processo pedagógico. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado*. 3 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 113-123.
- JAGOSE, A. *Queer Theory: an introduction*. New York: New York University Press, 1996, 153p.
- KRAMER, S. *Por entre as pedras: arma e sonho na escola*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 2007, 213p.
- LEITE, M. Violência e homofobia na escola. In: CANDAU, V. M. (Org.). *Didática crítica intercultural: aproximações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 191-215.
- LEWIS, E. S. "Convencer sua namorada a meter algo no seu cu é mais difícil do que realmente levar no cu": performances identitárias de masculinidade e heterossexualidade de praticantes de pegging. COLOQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDIOS SOBRE VARONES Y MASCULINIDADES, 5., 2015, *Anais...* Santiago, 2015.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.
- LOURO, G. L. Foucault e os estudos queer. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 135-143.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 96p.
- LOURO, G. L. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.
- LUGARINHO, M. C. Antropofagia crítica: para um teoria *queer* em português. *Revista Olhar*, São Carlos, ano 12, n. 22, p. 106-112, jan./jul. 2010.
- MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.
- MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 88p.
- MISKOLCI, R. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política

queer. In: SOUZA, Luís Antônio; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. (Orgs.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 47-68.

NATIVIDADE, M. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 115-132, jun. 2006.

NATIVIDADE, M; OLIVEIRA, L. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 121-161, 2009.

PELÚCIO, L. Breve história afetiva de uma teoria deslocada. *Revista Florestan*, São Carlos, ano 1, n. 2, p. 26-45, nov. 2014.

PRECIADO, B. *Manifesto contrassexual*: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 Edições, 2014, 224p.

PRECIADO, B. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

SALIH, S. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 236p.

SCHLICHTER, A. Contesting “straights”: “lesbians”, “queer heterosexuals” and the critique of heteronormativity. *Journal of Lesbian Studies*, v. 11, n. 3-4, p. 189-201, 2007.

SCHLICHTER, A. Queer at last? Straight intellectuals and the desire for transgression. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 10, n. 4, p. 543-564, 2004.

SCHLICHTER, A. Critical Madness, Enunciative Excess: The Figure of the Madwoman in Postmodern Feminist Texts. *Cultural Studies ↔ Critical Methodologies*, v. 3, n. 3, p. 308-329, 2003.

SILVA, T. T. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, 156p.

SPARGO, T. *Foucault e a teoria queer*. Tradução de Vladimir Freire. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

WARNER, M. Introduction. In: _____ (Org.). *Fear of a queer planet: queer politics and social theory*. 6 Ed. London: University of Minnesota Press, 2004, p. vii-xxxi.

WARNER, M. *The trouble with normal: sex, politics, and the ethics of queer life*. Massachusetts: Harvard University Press, 1999.